



FÓRUM SINDICAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MATO GROSSO

CARTA ABERTA AOS FAMILIARES DOS SERVIDORES, AOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E PARA A SOCIEDADE MATO GROSSENSE EM GERAL

Mauro Mendes: suas escolhas políticas e o plano adotado para executá-las

Antes mesmo da sua posse formal no cargo de Governador, o empresário Mauro Mendes começou a explicitar quais seriam as escolhas do seu governo, e a colocar em prática seu plano cuidadosamente traçado para garantir a realização dessas escolhas.

As escolhas políticas de Mauro, na sua essência, podem ser explicitadas em três dos seus componentes estratégicos:

1. **Manter os privilégios tributários dos milionários do agronegócio e dos grandes empresários associados ao círculo de poder político:** serão mantidas todas as renúncias, isenções e incentivos fiscais, que fazem com que Mato Grosso seja um dos estados com maior crescimento econômico do Brasil e, ao mesmo tempo, o que mais abre mão de arrecadar receitas públicas. O Governador não abre mão das renúncias fiscais para ele e seus pares. Na sua visão manter as renúncias fiscais é escolha natural, afinal os empresários não aguentam mais tantos impostos.
2. **Achatar salários e retirar direitos dos servidores públicos do Poder Executivo.** Ele escolheu fazer de tudo para reduzir a despesa com o pagamento das pessoas que fazem os serviços públicos: deixar a inflação corroer o poder de compra dos salários, cobrar mais caro dos servidores pelo direito de se aposentar, eliminar todos os reajustes salariais previstos para o futuro, congelar todos os direitos a progressões nas carreiras públicas. Na visão do governador isso é mais do que justo, afinal servidores públicos ganham mais do que se paga na iniciativa privada. Cabeça de patrão que iguala o funcionamento do estado ao das suas empresas, por isso ele defende o fim da estabilidade dos servidores, quer liberdade para demitir e contratar.
3. **Precarizar ainda mais os serviços públicos prestados para a população,** principalmente nas áreas sociais, tais como na saúde, educação, segurança, assistência, mas também na agricultura familiar, meio ambiente, entre outras. Além de cortar despesas com o pessoal que presta os serviços público, ele cortará as despesas que custeiam esses serviços. Na visão do Governador é a única forma de sobrar dinheiro para investimentos nas estradas, fundamentais para que os milionários do agronegócio acumulem ainda mais riquezas.

Orientado por tais escolhas o Governador traçou um plano político para viabilizá-las no menor espaço de tempo possível. Assim, Mauro começou a execução do seu plano ainda no Governo Taques, agindo através dos seus operadores posicionados estrategicamente na estrutura do estado desde 2017. Em primeiro lugar, era preciso criar uma forte e inquestionável narrativa sobre a desordem das finanças públicas, dando dimensão catastrófica ao desequilíbrio fiscal. Sua principal tarefa tem sido propagar um quadro financeiro sem solução: despesas muito acima das receitas resultaram num estado quebrado, falido. Obviamente, sua narrativa precisa dizer quem são os responsáveis por esse caos. Por este caminho Mauro Mendes elegeu os servidores públicos como os grandes culpados pelo descontrole das despesas. Para o sucesso do seu plano é fundamental apontar os servidores públicos como os adversários do estado, do cidadão, do povo em geral. Por isso os servidores devem ser desmoralizados, desrespeitados e transformados no mal maior a ser combatido.

O imbróglio criado sobre o pagamento da última parcela da RGA 2018, em jogo combinado de Taques e Mauro com o TCE (que extrapolou suas competências legais, sem qualquer reação dos outros Poderes do Estado), inaugurou a etapa radical da narrativa do estado quebrado: atrasos salariais, escalonamentos crescentes, não pagamento do 13º salário de parte dos servidores, a não apresentação de um calendário de pagamento, foram medidas duras, sempre contra os servidores, necessárias para dar credibilidade à narrativa de caos nas finanças, cujo último lance foi a decretação do estado de calamidade financeira.

Conhecedor da importância da opinião pública, o Governador tem se empenhando pessoalmente, junto à mídia, na tarefa de falar, fornecer e repercutir informações parciais e manipuladas contra os servidores. Todo o destaque é dado para os altos salários, tomando as excessões como regra, alimentando a idéia covarde de que o conjunto dos servidores são marajás improdutivos. É óbvio que o objetivo dessa campanha contra os servidores, juntamente com a narrativa de terra arrasada nas finanças públicas, tem um objetivo central: criar condições políticas favoráveis para aprovação do seu absurdo pacote de maldades contra os servidores.

Prosseguindo com seu plano o Governador apresentou, durante o recesso legislativo, um pacote com 5 projetos de leis que visam dar amparo legal para a efetivação das suas escolhas, acima mencionadas. O conteúdo político central de cada uma dessas mensagens, pode ser sintetizado assim:

Mensagem nº 3 - facilita a aprovação do aumento da contribuição previdenciária que é descontada dos salários dos servidores;

Mensagem nº 4 - introduz na legislação da RGA um critério que impossibilitará seu pagamento por muitos anos, independente das perdas inflacionárias;

Mensagem nº 5 - cancela os reajustes salariais já aprovados para os próximos anos e, acrescenta dispositivos legais para consolidar a política de achatamento salarial no médio e longo prazo;

Mensagem nº 6 - aproveita a necessidade de aprovar novamente o velho FETHAB para desviar o foco do tema que de fato interessa, e começava a ser discutido: a necessidade de fazer a cobrança de ICMS nas transações do agronegócio, feitas no mercado interno, como medida justa e eficaz para o aumento da receita pública.

Mensagem nº 7 - além de reduzir a capacidade de ação do governo nas áreas sociais, cria condições institucionais propícias para manipular as finanças públicas e esconder as informações sobre elas.

Mas por que votar essas medidas em pleno recesso do legislativo?

Esta é a parte final do plano Mauro, aproveitar os Deputados derrotados, que já foram reprovados pela sociedade. São 14 Deputados em fim de carreira que dão ao Governador e ao Presidente de Assembléia, condições mais favoráveis para “negociar” e conseguir os votos necessários para aprovar, a toque de caixa, as medidas fundantes do Governo, que terão efeitos drásticos, agora e no longo prazo, contra os servidores e os serviços públicos. Para executar seu plano, o Governador pouco se importa em desrespeitar a Constituição do Estado, promovendo uma situação esdrúxula que, na prática, dá início ao novo exercício legislativo antes da posse dos Deputados legitimamente eleitos para essa finalidade. Botelho e Mauro estão juntos nessa trapaça.

Cabe aos 14 novos deputados eleitos e diplomados honrarem os mandatos legítimos que receberam do povo de Mato Grosso, tomando providências para impedir esse golpe. Vocês foram eleitos para ocupar o lugar daqueles que não representam o povo, eles não tem poder constitucional para votar matérias do novo Governo. Mostrem que vocês não estão submetidos ao esquema de poder dos Deputados remanescentes comandados por Botelho. Mostrem que vocês estão dispostos a assumir o comando do Poder Legislativo e da interlocução com o Governo. Os Servidores e toda a sociedade não aceita mais decepções!

A fúria com que Mauro Mendes partiu para cima dos servidores, desde os primeiros dias do ano, quando muitos servidores ainda se encontram de férias, tem deixado o funcionalismo perplexo. Alguns não se surpreenderam, outros nem queriam acreditar no que esta acontecendo, mas a cada dia que passa, as escolhas e o plano de Mauro estão ficando claros para o conjunto dos servidores, dos seus familiares, e de amplos setores da sociedade. Isso nos dá uma certeza Governador: a luta de resistência está apenas começando. Não aceitamos ser tratados como o problema do estado, exigimos respeito!

As entidades representativas dos servidores públicos, integrantes do Fórum sindical, orientam o conjunto do funcionalismo a fortalecer nossa união e, convocam todos os servidores à tarefa de reforçar a nossa mobilização, colocando toda nossa força na defesa daqueles que no seu dia a dia de trabalho fazem o serviço público de Mato Grosso.

Sigamos na luta até a vitória.

Cuiabá, 21 de janeiro de 2019.

